

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE - RO

Estudo Técnico Preliminar 39/2025**1. Informações Básicas**

Número do processo: 9079610110000359.000030/2025-5

2. Descrição da necessidade

2.1 O Conselho Regional de Contabilidade de Rondônia – CRCRO, na condição de autarquia federal, possui patrimônio público relevante composto por dois imóveis próprios (Sede em Porto Velho e Subsede em Ariquemes), contendo bens móveis, equipamentos eletrônicos, documentos e mobiliários essenciais à continuidade das atividades institucionais.

2.2 A localização da Sede, nas proximidades do Rio Madeira, expõe o imóvel a risco de alagamentos, como os ocorridos em 2014, que impactaram severamente edificações da região. Mais recentemente, em 09/01/2025, registrou-se sinistro de dano ao patrimônio (quebra de vidro de porta, SEI nº 0671690), reforçando a necessidade de proteção.

2.3 O contrato (nº 07/2024), firmado com a empresa Gente Seguradora, teve seu término dia 20/09/2025, o qual não pode ser prorrogado, pois a seguradora havia informado que não iria renovar cobertura de alagamento, condição essencial à mitigação de riscos para a Sede.

2.4 Assim, a contratação é imprescindível para resguardar o patrimônio público, evitar prejuízos financeiros inesperados e assegurar a continuidade dos serviços prestados à sociedade pelo CRCRO.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Diretoria Executiva	Viven Ane Medeiros Rebelo Lima

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

4.1 A contratação visa seguro predial com cobertura compreensiva, abrangendo as seguintes características:

- Alagamento e inundações (Obrigatório para a Sede);
- Incêndio, Raio , explosão e implosão;
- Vendaval, granizo, ciclone, furacão, tornado;
- Roubo e/ou furto qualificado de bens e mercadorias;
- Danos elétricos e curto-circuito;
- Quebra de vidros;
- Responsabilidade civil do empregador e de operações;
- Recomposição de documentos.

4.2 Critérios de Sustentabilidade

4.2.1 A priorização de comunicação e emissão de apólice em meio eletrônico, reduzindo consumo de papel (conforme Guia Nacional de Contratações Sustentáveis – AGU).

4.3 Garantia da contratação

4.3.1 Não será exigido garantia contratual, conforme o Art. 96 e seguintes da Lei 14.133/21, dada a natureza do contrato (pagamento antecipado do prêmio é condição prévia à emissão da apólice).

4.3 Assistência

4.3.1 Atendimento célere em caso de sinistro, com realização de vistorias, quando necessárias, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis após o Aviso de Sinistro.

4.3.2 Disponibilidade de canais de comunicação 24h para acionamento e acompanhamento de sinistros.

4.3.3 Disponibilização obrigatória de canal de comunicação por e-mail para aviso e acompanhamento de sinistros, admitindo-se canais adicionais (telefone, aplicativo ou outros) desde que proporcionem maior agilidade e eficiência.

4.3.4 Evitar procedimentos burocráticos excessivos (como formulários extensos e desnecessários) que possam retardar a solução do problema e a recomposição do patrimônio.

4.3.5 Ocorre a necessidade de cumprir as exigências regulatórias pela SUSEP nos termos do Decreto-Lei nº 73/1966 e da Circular SUSEP nº 256/2004 (com alterações).

4.4 Habilitação, condições contratuais e vistoria

4.4.1 A apólice deverá apresentar de forma clara as condições gerais e específicas, definindo explicitamente limites de cobertura, franquias, prazos para indenização e demais condições contratuais, garantindo transparência e previsibilidade à Administração.

4.4.2 Será facultado ao licitante realizar vistoria prévia nas dependências da Sede e da Subsede do CRCRO, até o último dia útil anterior à data fixada no edital, para conhecimento das condições e riscos existentes. Os detalhes para o agendamento da vistoria serão definidos no Termo de Referência.

5. SUBCONTRATAÇÃO

- Vedada a subcontratação.

6. Levantamento de Mercado

6.1 Foi realizada pesquisa de mercado com o objetivo de identificar alternativas de soluções disponíveis para atendimento da necessidade institucional de proteção do patrimônio da Sede e da Subsede do CRCRO contra eventos danosos. Essa análise incluiu:

- Consulta a seguradoras atuantes no mercado: obtiveram-se duas cotações formais de empresas que oferecem cobertura para alagamentos/enchentes, incêndio, explosão, vendaval, roubo/furto qualificado, danos elétricos e quebra de vidros, atendendo aos requisitos levantados. Adicionalmente, em consulta aos sites de outras duas seguradoras, verificou-se que também oferecem cobertura para alagamentos, embora não tenham encaminhado proposta formal no levantamento realizado. As informações referentes às cotações e à pesquisa em sites constam no despacho da gestora do contrato vigente de seguro predial (doc. SEI nº 0956023).
- Limitações da contratação anterior: o contrato nº 07/2024, firmado com a empresa Gente Seguradora, possuiu vigência até 20/09/2025, mas a prestadora comunicou que não oferecerá mais cobertura para alagamentos, condição essencial para mitigação dos riscos inerentes à localização da Sede.
- Análise de contratações similares: identificou-se que órgãos e entidades públicas, em contratações para proteção patrimonial, normalmente exigem cobertura ampla, contemplando riscos compatíveis com a realidade de cada localidade e patrimônio protegido.

6.2 Avaliação das alternativas possíveis

- Prorrogação do contrato anterior – inviável, por ausência da cobertura contra alagamentos e por seu encerramento;
- Contratação emergencial – considera-se haver tempo hábil para conduzir procedimento competitivo, não se justificando a adoção dessa medida excepcional;
- Nova licitação – alternativa mais adequada, podendo ser considerado também o procedimento de dispensa eletrônica caso o valor estimado da contratação se enquadre nos limites do art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021.

7. Descrição da solução como um todo

7.1 A solução escolhida consiste na contratação de empresa especializada no ramo de seguros prediais, devidamente regulamentada e autorizada pelos órgãos competentes, com registro regular na Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, para fornecimento de cobertura ampla que contemple os riscos identificados na etapa de levantamento da necessidade.

7.2 A apólice deverá abranger, no mínimo, cobertura para alagamentos/enchentes, incêndio, explosão, vendaval, roubo/furto qualificado, danos elétricos, quebra de vidros e impacto de veículos, garantindo proteção às estruturas físicas das edificações da Sede e da Subsede do CRCRO, bem como aos bens móveis nelas contidos, como mobiliário, equipamentos eletrônicos, computadores, arquivos e demais ativos que compõem o patrimônio da autarquia.

7.3 Deverão constar, de forma clara e objetiva, as condições gerais e específicas da apólice, com a definição explícita de limites de cobertura, franquias, prazos para indenização e demais condições contratuais, de modo a garantir transparência e previsibilidade. Será facultado ao licitante realizar vistoria prévia nas instalações, com agendamento definido no Termo de Referência.

7.4 A execução do contrato deverá assegurar atendimento célere e eficiente em caso de sinistro, com realização de vistorias, quando necessárias, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis após o aviso, bem como disponibilização de canais de comunicação ágeis, incluindo e-mail, para registro e acompanhamento de ocorrências, evitando burocracias excessivas que comprometam a solução do problema.

7.5 Especificações complementares da cobertura

7.5.1 Seguro contra incêndio: deverá cobrir, no mínimo, os riscos derivados de incêndio, explosão — mesmo que decorrentes de atos danosos praticados de forma isolada e eventual por terceiros ou de tumultos —, e, ainda, raio e suas consequências.

7.5.2 Ocorrências múltiplas: caso danos múltiplos e/ou sucessivos estejam associados a diversos fatos geradores, sem que haja possibilidade de individualizá-los em relação a cada causa, o conjunto será interpretado como uma única ocorrência.

7.5.3 Seguro contra danos elétricos: deverá cobrir, no mínimo, perdas e/ou danos físicos diretamente causados a quaisquer máquinas, equipamentos ou instalações eletrônicas ou elétricas em razão de variações anormais de tensão, curto-circuito, arco voltaico, calor gerado acidentalmente por eletricidade, descargas elétricas, eletricidade estática ou qualquer efeito ou fenômeno de natureza elétrica, inclusive a queda de raio ocorrida fora do local segurado.

7.5.4 Responsabilidade civil: o seguro deverá cobrir, no mínimo, a responsabilização civil do Segurado por danos corporais e/ou materiais causados a terceiros, decorrentes de:

a) incêndio e/ou explosão originados no imóvel segurado;

b) queda, lançamento ou deslocamento de quaisquer objetos;

c) desabamento, total ou parcial;

d) acidentes causados por defeito de funcionamento de máquinas, veículos, aparelhos, equipamentos e instalações, ainda que não pertencentes ao Segurado;

e) acidentes causados por erro humano na operação de máquinas, veículos, aparelhos, equipamentos e instalações, ainda que não pertencentes ao Segurado;

f) acidentes ocorridos durante a realização de serviços de conservação e/ou manutenção efetuados em máquinas, veículos, aparelhos, equipamentos e instalações, ainda que não pertencentes ao Segurado;

g) atos de vandalismo, praticados por empregados, prepostos e/ou terceiros contratados;

h) vazamentos e/ou infiltrações originados das instalações comuns de água e esgoto.

7.5.5 Critério de indenização: em caso de sinistro, os valores a serem regularmente ressarcidos deverão ser apurados com base nos dados das respectivas fichas patrimoniais dos bens, notas fiscais e no respectivo valor de mercado, conforme legislação vigente.

7.6 Classificação do objeto

7.6.1 O objeto enquadra-se como serviço comum, nos termos do inciso XIII do art. 6º da Lei nº 14.133/2021, por possuir padrões de desempenho e qualidade que podem ser objetivamente definidos no edital, por meio de especificações usuais de mercado, permitindo descrição precisa no Termo de Referência.

7.6.2 Trata-se de serviço continuado, conforme inciso XV do art. 6º da Lei nº 14.133/2021, por se estender ao longo do tempo e visar à preservação de condições adequadas e ininterruptas de proteção patrimonial, garantindo que não haja descontinuidade da cobertura securitária, condição essencial para mitigação de riscos e continuidade das atividades institucionais.

7.7 Justificativa técnica e econômica

7.7.1 A escolha desta solução decorre da inviabilidade de prorrogação do contrato anterior, em razão da exclusão da cobertura contra alagamentos, risco essencial diante da localização geográfica da Sede. Considerando que o valor estimado da contratação está dentro do limite previsto no art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, a forma de contratação será dispensa eletrônica, o que permitirá:

- Atendimento integral aos requisitos técnicos identificados, especialmente a cobertura contra alagamentos/enchentes e demais riscos relevantes;
- Eficiência na resposta a sinistros, minimizando impactos sobre a continuidade das atividades do CRCRO;
- Celeridade e simplificação do procedimento, reduzindo prazos sem comprometer a competitividade e a economicidade;
- Proteção efetiva do patrimônio público, prevenindo prejuízos financeiros e operacionais decorrentes de eventos danosos.

7.7.2 A solução de contratação escolhida se baseia no modelo utilizado há anos por esta autarquia e outros órgãos públicos.

8. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

8.1 A presente contratação abrange dois edifícios sob responsabilidade do Conselho Regional de Contabilidade de Rondônia – CRCRO, sendo os seguintes:

- Sede: localizada na Avenida Presidente Dutra, 2374 – Centro, Porto Velho/RO, CEP: 76.801-034
- Subsede: localizada na Rua 4 Nações, 3570 – Setor Industrial, Ariquemes/RO, CEP: 76.872-826.

8.2 Para o dimensionamento dos tipos de coberturas e quantidades, tomou-se como referência a apólice anterior, cujas coberturas e limites máximos de indenização foram definidos considerando as necessidades específicas de proteção patrimonial. A estimativa contempla a cobertura anual para ambos os imóveis, garantindo a proteção contínua do patrimônio durante todo o período de vigência contratual.

8.3 A cobertura para alagamentos e inundações será exigida exclusivamente para a Sede, em razão de sua localização próxima ao Rio Madeira e do histórico de cheias que já impactaram a região, conforme registrado em 2014. Para a Subsede, localizada em área sem registro de tais ocorrências, essa cobertura não se faz necessária.

8.4 A seguir, apresenta-se a planilha com as informações de cobertura e limites máximos de indenização, conforme apólice anterior:

IMÓVEL 01			
BEM	Sede do Conselho Regional de Contabilidade de Rondônia		
CNPJ	63.761.001/0001-79		
LOCALIZAÇÃO DO IMÓVEL	Avenida Presidente Dutra, 2374 – Centro, Porto Velho/RO, CEP: 76.801- 034		
VALOR A SER SEGURO	R\$ 1.500.000,00		
ITEM	COBERTURAS	LIMITE MÁXIMO DE INDENIZAÇÃO	CATSERV
01	INCÊNDIO, QUEDA DE RAIOS, EXPLOÇÃO E IMPLOÇÃO	R\$ 1.500.000,00	13943
	ALAGAMENTO E INUNDAÇÃO	R\$ 150.000,00	
	DANOS ELÉTRICOS E CURTO CIRCUITO	R\$ 70.000,00	
	QUEBRA DE VIDROS	R\$ 60.000,00	
	RECOMPOSIÇÃO DE REGISTROS E DOCUMENTOS	R\$ 10.000,00	
	RESPONSABILIDADE CIVIL OPERAÇÕES	R\$ 30.000,00	
	RESPONSABILIDADE CIVIL EMPREGADOR	R\$ 15.000,00	
	ROUBO E/OU FURTOS QUALIFICADO DE BENS E MERCADORIAS	R\$ 90.000,00	
	TUMULTOS, INCLUSIVE INCÊNDIO E ATOS DOLOSOS DECORRENTES DOS RISCOS COBERTOS	R\$ 50.000,00	
	VENDAVAL, GRANIZO, FURACÃO, FUMAÇA, CICLONE, TORNADO, IMPACTO DE VEÍCULOS, QUEDA DE AERONAVES, OUTROS AÉREOS	R\$ 200.000,00	

IMÓVEL 02			
BEM	Subsede do Conselho Regional de Contabilidade de Rondônia		
CNPJ	63.761.001/0001-79		
LOCALIZAÇÃO DO IMÓVEL	Rua 4 Nações, 3570 – Setor Industrial, Ariquemes/RO, CEP: 76.872-826		
VALOR A SER SEGURADO	R\$ 350.000,00		
ITEM	COBERTURAS	LIMITE MÁXIMO DE INDENIZAÇÃO	13943
01	INCÊNDIO, QUEDA DE RAIOS, EXPLOÇÃO E IMPLOÇÃO	R\$ 350.000,00	
	DANOS ELÉTRICOS E CURTO CIRCUITO	R\$ 50.000,00	
	QUEBRA DE VIDROS	R\$ 10.000,00	
	RECOMPOSIÇÃO DE REGISTROS E DOCUMENTOS	R\$ 10.000,00	
	RESPONSABILIDADE CIVIL OPERAÇÕES	R\$ 10.000,00	
	RESPONSABILIDADE CIVIL EMPREGADOR	R\$ 5.000,00	
	ROUBO E/OU FURTOS QUALIFICADO DE BENS E MERCADORIAS	R\$ 35.000,00	
	TUMULTOS, INCLUSIVE INCÊNDIO E ATOS DOLOSOS DECORRENTES DOS RISCOS COBERTOS	R\$ 24.000,00	
	VENDAVAL, GRANIZO, FURACÃO, FUMAÇA, CICLONE, TORNADO, IMPACTO DE VEÍCULOS, QUEDA DE AERONAVES, OUTROS AÉREOS	R\$ 100.000,00	

9. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 4.124,41

9.1 A estimativa do valor da presente contratação foi realizada em conformidade com o art. 23, inciso II, da Lei nº 14.133/21, que exige a adoção de ampla pesquisa de mercado para garantir a fidedignidade e a objetividade do valor estimado.

9.2 Foram adotadas quatro metodologias complementares:

9.2.1 Cotação direta junto as seguradoras, a qual obtivemos a proposta do Banco do Brasil Seguros no valor de R\$ 4.183,47 (quatro mil, cento e oitenta e três reais e quarenta e sete centavos).

9.2.2 Empresa Berkley Internacional Seguros S/A ao valor de R\$ 2.600,62 (dois mil e seiscentos reais e sessenta e dois centavos).

9.2.3 Consulta ao Banco de Preços (Sistema Oficial Integrado ao PNCP), o qual foi emitido o relatório em 17/09/2025, que apresentou a média consolidada de R\$ 3.583,00 (três mil, quinhentos e oitenta e três reais), a partir de contratações efetivas de órgãos da Administração Pública.

9.2.4 Contrato anterior do CRCRO, firmado em 2024 com vigência até 20/09/2025, cujo valor anual era de R\$ 5.950,00. Aplicada a correção pelo IPCA, conforme calculadora oficial do Banco do Brasil, o valor atualizado corresponde a R\$ 6.130,56 (seis mil, cento e trinta reais e cinquenta e seis centavos), servindo como parâmetro adicional de mercado.

9.3 O método utilizado foi a média aritmética simples entre os valores coletados, considerando tanto as cotações diretas quanto o Banco de Preços, de modo a obter um valor de referência equilibrado e representativo do mercado.

9.3.1 Valor estimado=R\$4.183,47+R\$2.600,62+R\$3.583,00+R\$6.130,56 / 4 = R\$ 4.124,41

9.4 Assim, o valor estimado anual para a contratação do seguro predial do CRCRO é de R\$ 4.124,41 (quatro mil, cento e vinte e quatro reais e quarenta e um centavos).

9.5 A utilização do Banco de Preços como parâmetro fortalecer a segurança jurídica da estimativa, pois reflete valores praticados em contratações recentes e efetivas por outros órgãos públicos para objeto similar, atendendo ao disposto na Instrução Normativa SEGES/ME nº 65/2021 (aplicável à Lei nº 14.133/21) quanto à necessidade de indicar o método matemático utilizado e as fontes oficiais consultadas.

10. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

10.1 Apesar de a contratação abranger dois imóveis distintos (Sede em Porto Velho/RO e Subsede em Ariquemes/RO), optou-se pela não adoção do parcelamento da solução.

10.2 A decisão fundamenta-se em critérios técnicos, jurídicos e econômicos, conforme as seguintes características:

- O seguro predial, ainda que incidindo sobre imóveis localizados em diferentes municípios, constitui um único objeto homogêneo, pois a finalidade é a mesma de proteção securitária patrimonial do CRCRO contra riscos diversos (incêndio, alagamento, vendaval, furto, responsabilidade civil, entre outros). Assim, não se trata de objetos distintos que justifiquem o fracionamento.
- A escolha por um lote único, com contratação da mesma empresa para os dois contratos, assegura maior facilidade de gestão, fiscalização e diligências, evitando disparidade de cláusulas, prazos e procedimentos de indenização que poderiam ocorrer caso diferentes seguradoras fossem contratadas.
- A unificação em lote único permite que as seguradoras apresentem propostas mais vantajosas, considerando o conjunto do patrimônio segurado, garantindo economia de escala. Ressalte-se que o mercado securitário dispõe de capacidade técnica para absorver os dois riscos em conjunto, não havendo restrição à competitividade.
- A manutenção da Subsede não possui horizonte temporal definido, o que poderá demandar ajustes contratuais futuros. Ainda assim, a vinculação da contratação à mesma empresa traz maior segurança jurídica e eficiência operacional, pois mantém alinhadas as condições de cobertura entre os dois imóveis.
- Conforme previsto no Art. 40, § 3º, inciso I, da lei nº 14.133/21 é obrigatório apenas quando técnica e economicamente viável, desde que não comprometa a economia de escala. No presente caso, verificou-se que a divisão em itens distintos resultaria em riscos de perda de uniformidade da cobertura e maior complexidade na gestão contratual, o que contrariaria os princípios da eficiência e da economicidade.

10.3 Assim, a não adoção do parcelamento em itens mostra-se a solução mais vantajosa, pois assegura contratação uniforme, maior eficiência administrativa e melhor custo-benefício para a Administração, em consonância com os princípios da eficiência, economicidade e planejamento previstos no art. 5º da Lei nº 14.133/21.

11. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

11.1 Não há contratações correlatas ou interdependentes vinculadas ao objeto em análise, nem previsão de ajustes ou aquisições complementares que impactem a execução ou a viabilidade desta contratação.

12. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

12.1 A presente contratação encontra-se prevista no Plano de Contratações Anual (PCA) do CRCRO, inicialmente registrada como “renovação” do contrato vigente, considerando a intenção de prorrogar a vigência do Contrato nº 07/2024. Contudo, diante da exclusão da cobertura contra alagamentos pela atual prestadora — condição essencial para atendimento das necessidades institucionais —, a previsão no PCA foi alterada para contratação.

13. Benefícios a serem alcançados com a contratação

13.1 A contratação do seguro predial para os imóveis do CRCRO proporcionará benefícios estratégicos e operacionais, em consonância com os princípios do planejamento, eficiência, economicidade e continuidade do serviço público previstos nos Arts. 5º e 11 da Lei nº 14.133/21. Entre os principais benefícios destacam-se:

- Assegura cobertura contra riscos como incêndio, alagamentos, vendavais, furtos, danos elétricos e responsabilidade civil, preservando a integridade dos bens do CRCRO e evitando a depreciação patrimonial decorrente de eventos imprevistos.

- Em eventual ocorrência de sinistro, a indenização securitária garante recursos imediatos para a recomposição das estruturas físicas e bens, evitando paralisação dos serviços administrativos e de atendimento à sociedade.
- A adoção de apólice única por lote, ainda que com posterior celebração de contratos específicos para cada unidade, viabiliza melhor controle e fiscalização pelo CRCRO, reduzindo a dispersão de esforços e favorecendo o cumprimento do art. 117 da Lei nº 14.133/21, que trata da gestão e fiscalização contratual.
- A centralização da cobertura em uma única empresa seguradora garante maior agilidade na tramitação de processos indenizatórios e padronização dos prazos e procedimentos, o que se traduz em resposta mais rápida diante de eventos adversos.
- O seguro funciona como instrumento de proteção financeira, mitigando riscos orçamentários e evitando que recursos públicos destinados a outras finalidades sejam desviados para recomposição emergencial de patrimônio atingido.
- O processo licitatório seguirá as diretrizes do tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123/2006 (art. 47 e seguintes), incentivando a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, quando cabível, fortalecendo a competitividade e a isonomia.

13.2 Em síntese, a contratação do seguro predial não apenas garante a proteção do patrimônio do CRCRO, mas também promove segurança jurídica, estabilidade institucional e racionalidade no uso dos recursos públicos, em conformidade com os princípios da Administração Pública (art. 37, caput, da CF/88 e art. 5º da Lei nº 14.133/21).

14. Providências a serem Adotadas

14.1 Em conformidade com o art. 18, §1º, inciso X, da Lei nº 14.133/21, o CRCRO deverá adotar as seguintes providências antes da celebração do contrato de seguro predial:

14.2 Gestão e fiscalização contratual:

- Designação formal de gestor e fiscais do contrato, nos termos do Art. 117 da Lei nº 14.133/21, garantindo a segregação de funções e efetividade do acompanhamento da execução.
- Capacitação dos servidores designados quanto às peculiaridades da contratação de seguros, especialmente sobre análise de apólices, averbações, sinistros e prazos de indenização.

14.3 Comunicação institucional:

- Publicação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) de todas as fases da licitação, conforme Arts. 174 e seguintes da Lei nº 14.133/21, garantindo a transparência do processo.

14.4 Adequação orçamentária e financeira:

- Reserva orçamentária correspondente ao valor estimado da contratação (art. 18, inciso IV, da Lei nº 14.133/21).
- Inclusão da despesa na Lei Orçamentária Anual e compatibilização com o Plano de Contratações Anual (PCA 2025), conforme art. 12, VII, da mesma lei.

14.5 Análise Técnica e documental:

- Verificação da regularidade da seguradora junto à SUSEP e da habilitação jurídico-fiscal, econômico-financeira e técnica, conforme exigências do edital.
- Conferência da conformidade das coberturas propostas com as exigências do termo de referência, assegurando a inclusão de riscos indispensáveis (alagamentos, incêndios, furtos, vendavais etc.).

14.6 Gestão de riscos e compliance:

- Elaboração de matriz de riscos contratual (art. 22 da Lei nº 14.133/21), delimitando responsabilidades da seguradora e do CRCRO em casos de sinistro.
- Registro do contrato no **Sistema Eletrônico de Gestão (SEI)**, assegurando a rastreabilidade dos atos e a conformidade com as regras de governança.

15. Possíveis Impactos Ambientais

15.1 A contratação não gera impactos ambientais diretos, por se tratar de serviço de natureza administrativa. Indiretamente, contribui para a sustentabilidade pela priorização de processos eletrônicos, reduzindo o consumo de papel e a necessidade de deslocamentos presenciais.

16. Condições de diminuição de riscos

16.1 As edificações a serem seguradas contam com condições que contribuem para a mitigação de riscos de sinistros, proporcionando maior segurança ao patrimônio do Conselho Regional de Contabilidade de Rondônia – CRCRO, cuja atividade é a de conselho de classe profissional.

16.1.2 Sede do CRCRO (Porto Velho/RO):

- Sistema de alarme de detecção de presença
- Extintores de combate a incêndio;
- Vigilância eletrônica durante 24 (vinte e quatro) horas;
- Sistema de Circuito Fechado de Televisão (CFTV);
- Sistema de para-raios.

16.1.3 Subsede do CRCRO (Ariquemes/RO):

- Extintores de combate a incêndio
- Vigilância eletrônica durante 24 (vinte e quatro) horas;
- Sistema de para-raios.

16.1.4 Essas medidas de proteção contribuem para a diminuição da probabilidade de ocorrência de sinistros, devendo ser consideradas pelas seguradoras na formulação das propostas.

17. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

17.1. Justificativa da Viabilidade

A contratação de seguro predial para os imóveis do CRCRO revela-se plenamente viável, necessária e vantajosa

18. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

CARLOS EDUARDO DOS PASSOS FERREIRA

Equipe de Planejamento



Assinou eletronicamente em 13/10/2025 às 14:22:18.

CRISTHIANE MACHADO PAULINO

Equipe de Planejamento



Assinou eletronicamente em 10/10/2025 às 15:09:54.

LETICIA FREITAS DOS SANTOS

Diretora Executiva em Substituição



Assinou eletronicamente em 13/10/2025 às 14:44:07.

ELBA OLIVEIRA DE ARAUJO

Autoridade competente



Assinou eletronicamente em 13/10/2025 às 16:01:53.

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - SEI - 9079610110000354.000008_2024-78.pdf (228.46 KB)
- Anexo II - Captura de tela 2025-09-18 081949.png (107.74 KB)
- Anexo III - BB.pdf (324.79 KB)
- Anexo IV - Berkley.pdf (1.91 MB)
- Anexo V - 20123_Cotacao_25-09-17_12-55-42.pdf (395.27 KB)